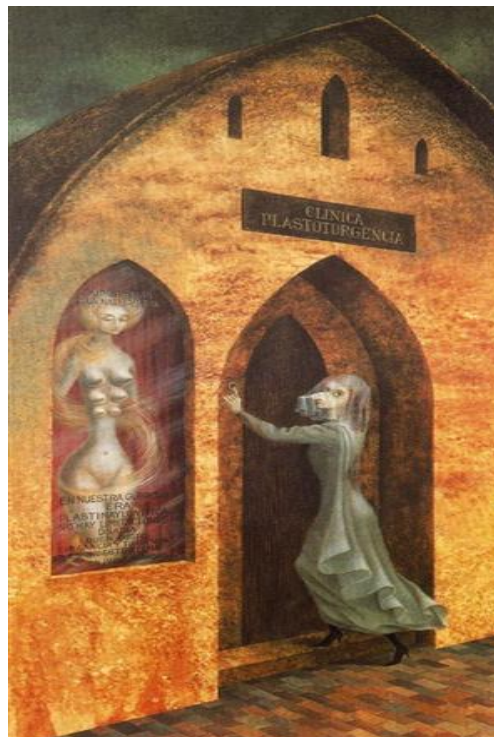


08 de abril de 2020

Boletim n.16 - Ciências Sociais e coronavírus

As promessas de aprimoramento e o retorno à fatalidade

Nas últimas décadas fomos levados a acreditar que seria possível atingir altos níveis de controle de nossas vidas por meio de recursos de cuidado em saúde e aprimoramento individual. Para uma parcela da população, detentora do poder de consumo, isso dava a impressão de uma certa “imunidade” a determinados riscos e, talvez, até mesmo, a uma pandemia. Este fenômeno está associado ao próprio processo de medicalização da sociedade, transcorrido ao longo do século XX e que se caracteriza, sobretudo, pela transformação de condições antes consideradas “normais” do decorrer da vida (como envelhecimento, gestação, puberdade) em objetos de intervenção pela medicina. Mais recentemente, o desenvolvimento de novas biotecnologias e das inovações advindas com a biomedicina



Visita al cirujano plástico/ Remedios Varo, 1960

tecnocientífica tem provocado uma certa inflexão neste cenário e produzido contornos particulares, o que se expressa pelo conceito de biomedicalização.

Muitos recursos e intervenções médicas têm sustentado esta busca pelo aprimoramento de si, conformando uma nova moralidade, centrada na responsabilização individual. Por meio do uso de fármacos, procedimentos cosméticos, próteses, transformações genéticas ou medicina regenerativa, a procura do aprimoramento revela uma ampliação das possibilidades de intervenção para além da manutenção da saúde ou reparação do corpo.

Este processo, por um lado, está profundamente condicionado às estruturas científicas e tecnológicas e também à conversão da vida, ou da biologia, em recurso central na política e na economia contemporâneas. Por outro lado, uma dimensão que se torna cada vez mais evidente é o fato de que nem todas as pessoas têm acesso aos mesmos recursos de aprimoramento ou mesmo de cuidado com a saúde, indicando como a biomedicalização pode recriar ou reforçar as estruturas de desigualdade existentes, aprofundando estratificações em termos de classe, gênero, raça/etnia, geopolítica e geração, dentre outras.

Práticas como a busca incessante por informações das últimas descobertas tecnocientíficas e o acesso aos recursos tecnológicos mais desenvolvidos sustentam a

promessa e a expectativa de que nossos corpos e mentes seriam cada vez mais administráveis. Caberia ao sujeito contemporâneo exercitar esta capacidade, esta nova espécie de empoderamento, que o elevaria à condição de cidadão responsável pela autogestão, não apenas da manutenção de sua saúde mas também da busca por tornar-se sempre mais e melhor. Nessa direção, diferentes tipos de recursos são válidos, desde que se almeje ser mais forte, mais ativo/a, mais belo/a, mais inteligente, mais funcional e produtivo/a, com um desempenho sempre melhor. Pouco importa se alguém não nasceu dotado das melhores qualidades, desde que seja capaz de adquiri-las. A capacidade de consumo se transforma em um requisito fundamental para se conquistar essa prometida alta performance.

Este tipo de “sujeito aprimorado” ideal, muitas vezes para além de qualquer supervisão médica, tenta fazer todos os exames que revelem as verdades sobre o seu corpo, conhece seus indicadores biomédicos, faz uso de suplementos e medicamentos, adota práticas constantes de cuidados corporais e, sobretudo, monitora riscos. Ou seja, muitos investimentos são feitos na direção de se precaver em relação a qualquer percalço que possa atrapalhar sua perspectiva de alto rendimento. Investimento torna-se, neste cenário, uma palavra chave. Não estaríamos mais simplesmente no plano do cuidado mas do emprego de recursos que deveriam nos garantir certo retorno, em termos de eficiência e previsibilidade diante de possíveis “falhas” que antes eram consideradas aspectos normais da vida, como no envelhecimento por exemplo. Se pensarmos um pouco sobre o que significa, na prática, o uso de categorias que viraram moda, como estilo de vida saudável ou qualidade de vida, percebemos esta inflexão. Muitas vezes, medicamentos de “reposição hormonal”, por exemplo, são usados em busca de melhor “qualidade de vida” mesmo que possam implicar, também, o aumento de riscos à saúde a longo prazo.

No momento em que estamos enfrentando uma pandemia, de forma tão abrupta e inesperada, este cenário de promessas de controle e de transformações corporais e subjetivas merece algumas reflexões. A primeira delas diz respeito a como os usos das novas possibilidades tecnocientíficas, direcionadas ao corpo e estruturadas nas chamadas ciências da vida, traduzem uma série de tensões características das sociedades contemporâneas. A mais fundamental aqui talvez seja exatamente entre o foco no auto monitoramento e segurança individual ou na saúde coletiva. A corrida pela compra de máscaras ou outros recursos para serem estocados em casa, sem pensar nas consequências disso para o coletivo, é um dos exemplos mais banais que podemos citar. Outro, é o da pessoa que insistia em fechar a janela e manter o ar condicionado da academia, quando ainda estavam abertas, porque “sabia se cuidar e não iria infectar ninguém”. Neste último caso, aparece a arrogância de quem acha que domina de forma diferenciada as informações e recursos face a uma suposta ignorância coletiva.

Outra reflexão que se impõe diz respeito à imprevisibilidade que a pandemia do COVID-19 traz à tona. De um lado, é possível argumentar que este sujeito que se crê mais preparado, informado, ou mesmo aprimorado, possa ter mais recursos para

enfrentar uma situação como esta. Provavelmente, condições de vida que lhe garantem uma nutrição, moradia, higiene, funcionários/as que permitem enfrentar as possibilidades de contágio e mesmo a doença de forma privilegiada. Obviamente, mais uma vez aqui, esta condição de crise envolvendo a saúde revela desigualdades sociais profundas.

Porém, de outro lado, a pandemia assusta a todos/as, e talvez mais ainda aqueles/as que se achavam mais “imunes” ou preparados/as para qualquer desafio, porque representa um grande retorno à imprevisibilidade, à percepção de nossas possibilidades de falhas e inseguranças. Já temos começado a ver, agora também no Brasil, relatos de pessoas jovens, saudáveis e atléticas que estão sendo surpreendidas pelos efeitos do vírus em seus organismos e em suas vidas. Não quero dizer, com isso, que a pandemia é “democrática”. Mas que afeta de maneira distinta diferentes segmentos sociais. E no caso da crença tão compartilhada nas promessas de um futuro individual melhor, sustentada por meio do consumo de recursos que são disponíveis só para alguns, talvez haja um efeito de retorno “saudável” da percepção de nossa suscetibilidade comum aos riscos e às fatalidades da vida. Uma característica que poderia nos levar a pensar a “qualidade de vida” menos como algo que se consome, expropriando outros, e mais como cuidado, que se compartilha. E talvez também a reconhecer o mundo como um lugar de distintas vulnerabilidades que precisam ser encaradas.

Fabiola Rohden é Professora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Pesquisadora do CNPq e do Núcleo de Antropologia do Corpo e da Saúde (NUPACS/UFRGS). Coordenadora do Grupo de Pesquisa Ciências na Vida (CNPq/UFRGS).

Este texto é parte de uma série de boletins sequenciais sobre o coronavírus e Ciências Sociais que está sendo publicada ao longo das próximas semanas. Trata-se de uma ação conjunta que reúne a Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS), a Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), a Associação Brasileira de Antropologia (ABA), a Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP) e a Associação dos Cientistas Sociais da Religião do Mercosul (ACSRM). Nos canais oficiais dessas associações estamos circulando textos curtos, que apresentam trabalhos que refletiram sobre epidemias. Esse é um esforço para continuar dando visibilidade ao que produzimos e também de afirmar a relevância dessas ciências para o enfrentamento da crise que estamos atravessando.

A publicação deste boletim também conta com o apoio da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC/SC), da Associação Nacional de Pós-Graduação em Geografia (ANPEG), da Associação Nacional de Pós-Graduação em História (ANPUH), da

Associação Nacional de Pós graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (Anpoll) e da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (Anpur).

Acompanhe e compartilhe!

